

Educação patrimonial: por uma justa, democrática e coletiva perpetuação do passado

Maria Juliana de Freitas Almeida

Universidade Estadual de Goiás
Porangatu – Goiás – Brasil
mariajulianafa@gmail.com.br

Max Lânio Martins Pina

Universidade Estadual de Goiás
Porangatu – Goiás – Brasil
maxilanio@yahoo.com.br

Resenha da Obra: SALVADORI, Maria Ângela Borges. História, ensino e patrimônio. Araraquara (SP): Junqueira & Marin Editores, 2008. (Coleção Escola).

Ao iniciar seu livro a professora Maria Ângela Borges Salvadori propõe uma indagação um tanto quanto intrigante: a de “saber como a História registra com imensa notoriedade um personagem e esquece os processos que envolveram outros”. Para ilustrar esta questão, ela apresenta a análise da música “O mestre sala dos mares” cantada por Elis Regina e composta por Aldir Blanc e João Bosco. A música refere-se à Revolta da Chibata, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1910 e que recentemente foi enredo coadjuvante na novela “Lado a Lado” da Rede Globo de Televisão. O estranhamento da autora em relação a esse episódio acontece porque o presidente do país àquela época, Marechal Hermes da Fonseca, cujo busto enfeita praças e jardins, é hoje mais lembrado do que João Cândido, líder dos marinheiros durante a revolta (p.10).

O objetivo da obra é servir como mecanismo de alerta aos professores do ensino fundamental e médio quando da utilização dos conceitos e das práticas de preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como suscitar os problemas que deles decorrem (p.10). Uma das questões exploradas no livro refere-se às políticas que sempre estiveram por traz da seleção do patrimônio da nação, as quais são responsáveis

por privilegiar alguns dos personagens da história brasileira e esquecer outros que talvez possuam um maior sentido para a identidade nacional por causa das lutas pela cidadania.

Para a historiadora, o patrimônio histórico se constitui em “um conjunto de bens, que permitem o reconhecimento do passado coletivo de uma sociedade, de uma cultura e dos elos que nos ligam a ela” (p.12). Convém a reflexão com maior cautela no momento de perpetuar a memória de alguém ao homenageá-lo colocando seu nome em praças, ruas, escolas, auditórios, estádios, parques entre outros, ou até mesmo eternizá-lo por meio de estátuas ou monumentos em sua representação. Na maior parte das vezes não há o questionamento se os nomes ou os monumentos possuem um sentido para coletividade ou parte dela, às vezes a escolha ou seleção foi realizada de forma impositiva a fim de atender interesses do grupo que detém o poder. Portanto, as questões que envolvem patrimônio podem se tornar uma zona de conflito.

“Em que momento do presente – e por quais razões – determinados bens são avaliados como sendo historicamente relevantes?” (p.12). A resposta para esta e outras questões foram apresentadas ao longo da obra, que foi dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo discorre sobre a noção de patrimônio histórico e suas transformações ao longo do tempo. Salvadori (2008) aponta que nos fins do século XVIII o Estado Nacional francês tomou para si a tarefa de preservar legalmente determinados bens, que seriam a partir de então representações oficiais da nação (p.14). Tal política de preservação estava direcionada exclusivamente aos bens materiais, que poderiam ser estátuas, edificações ou objetos de uso cotidiano e tudo isso trazia consigo a ideia de monumentalidade, não pelo tamanho, mas pelos aspectos e pela função de monumento que ocupavam. Como o Brasil possuía uma estreita ligação com a Europa foi inevitável que o modelo francês se reproduzisse em terras brasileiras. Dentro dessa perspectiva europeia criou-se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, o qual influenciou a produção e visão sobre o passado que será (re)construído por meio de narrativas épicas de grandes feitos e heróis nacionais (p.15).

A autora afirma ainda que foram nas décadas de 1910 e 1920 que apareceram as primeiras propostas de preservação patrimonial “ligadas à noção de que certos objetos poderiam materializar o passado nacional de forma mais direta” (p.16). Essa concepção serviria como uma pedagogia pública que permitiria aos brasileiros serem educados e instruídos quanto ao seu passado. A partir de 1930 a noção de patrimônio passou a abarcar a diversidade de tradições culturais que serão manipuladas enquanto “símbolos de unidade nacional” (p.16). Foi também nesse mesmo ano que a cidade de

Ouro Preto, em Minas Gerais, foi reconhecida oficialmente como um patrimônio histórico, tendo como evidência de seu reconhecimento não somente a arte barroca encontrada nas suas ruas, mas a associação com a imagem de Tiradentes enquanto herói nacional e republicano. No final da década de 1930, nasceu o Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do governo federal responsável pela proteção, conservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país (p.17).

Observa-se que, além de vincular patrimônio a nação, houve uma forte associação deste com a arquitetura. Por causa dessa associação é comum ouvir que determinados bens foram tombados pelo patrimônio histórico nas esferas federal, estadual e municipal. Tombar um bem seria adotar medidas legais que promovam e garantam sua preservação, dificultando ou até mesmo proibindo sua modificação ou destruição (p.20). Estas medidas representam mais um recurso na tentativa de salvaguardar as representações identitárias que foram construídas ao longo da História.

O capítulo dois discute a relação existente entre os conceitos de memória, identidade e cidadania com o estudo da questão do patrimônio histórico-cultural, na intenção de provocar um debate público, para não reforçar a ideia de que determinadas lembranças poderiam ser transformadas em sinônimo da verdade sobre o passado (p.26).

O bem patrimonial não pode ser localizado apenas no objeto material ou imaterial e sim nas práticas, atitudes, significados e valores que os homens atribuíram a eles no decorrer do tempo. Por isto, ao se discutir ou analisar aquilo que é preservado, deve se levar em conta também aquilo que é esquecido, abandonado, silenciado e até mesmo destruído.

Quando o patrimônio histórico e cultural é tomado como suporte da memória coletiva, ele produz identidades sociais que serão determinantes nos modos como os homens se apropriam da realidade, pois revela as contradições presentes na história e permite o reconhecimento das mudanças e permanências que levam a identificação com certas ideias e a recusa de outras (p.31,33).

Afirma Salvadori (2008) que o bem a ser preservado possuirá um valor mais forte quanto mais o seu uso contemporâneo fizer uma aproximação com o passado, e esta relação só será possível quando a sociedade tomar consciência das lutas e conquistas sociais presentes em sua história.

O ponto mais importante da obra fica com o terceiro e último capítulo, o qual é apresentado como uma proposta de educação patrimonial a ser utilizada no ensino fundamental e médio. Pretende-se com isso proporcionar aos escolares informações que permitam a eles perceberem a importância do passado na formação de sua identidade individual e coletiva, como também na construção da realidade que estão inseridos e instrumentalizá-los para uma leitura crítica do patrimônio, permitindo-lhes o reconhecimento de sua multiplicidade para lhes causar uma preocupação com a universalização do usufruto público dos bens patrimoniais (p. 36).

Para a autora, a educação patrimonial está intimamente ligada ao ensino de história, por meio do qual se proporciona ao aluno condições para que ele reconheça, pela preservação de diferentes suportes da memória e as múltiplas interpretações que elas suscitam para a construção de sua cidadania. Esse instrumento deve envolver recursos como visitas a museus, centros históricos e sítios arqueológicos, como também a pesquisa e catalogação da lista de bens tombados. Cabe ao professor auxiliar os estudantes a perceberem que tais bens, móveis ou imóveis, considerados patrimônio histórico-cultural registram uma vivência partilhada. Deste modo essa conscientização dos espaços públicos deve estimulá-los quanto aos seus direitos e deveres na manutenção e conservação desses bens (p. 37,38).

Salvadori (2008) sugere que para se alcançar o objetivo de uma educação patrimonial eficiente, a escola precisa desenvolver mecanismos que proporcionem a seus educandos o contato direto com o tema patrimônio. A sua proposta de trabalho envolve a elaboração de projetos tais como: organização de coleções fotográficas, catalogação de monumentos urbanos, catalogação de edificações tombadas ou que possam vir a ser e o trabalho com depoimentos orais. Cada etapa destes projetos é apresentada com sugestões para que o professor possa desenvolvê-los de forma competente, podendo realizá-los individualmente ou coletivamente.

A professora Maria Ângela Borges Salvadori (2008) presenteia os educadores brasileiros envolvidos com as questões do patrimônio com um livro de significância relevante dentro das atuais discussões acadêmicas sobre esta temática. O volume também desperta a necessidade de maior atenção quanto às políticas em torno daquilo que se qualifica como patrimônio histórico, artístico e cultural, para que não aconteça a eternização de uns e o esquecimento de outros, que possuam um maior sentido de identidade coletiva e local. Esses questionamentos que permeiam toda a obra precisam ser discutidos nas salas de aula para que as novas gerações possam construir uma

nação mais justa e mais democrática com o seu passado e com os vários personagens que foram silenciados e esquecidos pela História.

SOBRE OS AUTORES

Maria Juliana de Freitas Almeida - especialista em Metodologia do Ensino e Pesquisa em História e professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás.

Max Lânio Martins Pina - especialista em Formação Socioeconômica do Brasil e professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido em 16/04/13

Aceito em 11/05/13